

Fachin mantém restrições à ação policial no Rio

Relator votou pela homologação do plano do governo

Por Karoline Cavalcante

Na primeira sessão de julgamentos de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu continuidade à análise da letalidade policial em operações nas comunidades do Rio de Janeiro, tema central da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, também conhecida como a “ADPF das favelas”. O julgamento foi retomado nesta quarta-feira (5) com o voto do relator, ministro Edson Fachin, que apresentou um parecer detalhado com cerca de 200 páginas de fundamentação.

O relatório é para manter restrições às operações realizadas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro e propõe a homologação parcial do plano já apresentado pelo governo do estado, pois, segundo o magistrado, demanda complementações para garantir que as medidas sejam totalmente implementadas.

Letalidade

Segundo o voto de Fachin, o planejamento deve contar com três principais pontos: a meta de redução da letalidade policial e da priorização de indicadores de processo; a adoção do conceito de uso diferenciado da força e respeito a seus protocolos, e a assistência à saúde mental para os profissionais de segurança pública. Além disso, também estipula a necessidade de criação de um comitê de acompanhamento do cumprimento da decisão.

Fachin ressaltou que os únicos quatro estados que não divulgam se a morte por intervenção policial decorreu de ação de policial civil ou mili-



Gustavo Moreno/STF

Fachin: polícia deve reduzir letalidade no Rio

tar são Bahia, Sergipe, Goiás e Rio de Janeiro – e apresentam os índices de letalidade policial dentre os mais elevados do país.

“Ainda que comprovada estivesse a eficácia da atuação letal das forças policiais para a redução da criminalidade, essa seria uma opção inconstitucional e incompatível com o ordenamento jurídico pátrio e com o direito internacional dos direitos humanos”, afirmou Fachin.

Diante da complexidade do documento, o julgamento foi temporariamente suspenso para que os outros ministros tenham tempo para analisar o conteúdo de forma mais aprofundada. O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, indicou que a próxima etapa do julgamento deve ocorrer dentro de aproximadamente três semanas.

Insegurança

Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), o governador do Estado, Cláudio

Castro (PL) ponderou na última terça-feira (4) que, embora seja importante aprimorar a atividade policial e a transparência no setor, a necessidade de excepcionalidade das operações retira do povo o direito à segurança pública.

“Ninguém aqui foge à crítica ou de um processo de melhoria e evolução. Acho positivas as situações em que a ADPF venha a melhorar a atividade policial e reforço na transparência. Os casos complexos são esse critério de extraordinariedade, que vem de encontro à ostensividade que é o trabalho da polícia. Quando você cria uma ideia de extraordinariedade, tiramos do povo, da comunidade, o direito de ter uma polícia ostensiva”, disse Castro.

ADPF das favelas

A ADPF 635 foi proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2019, por alegar que há um quadro de “grave violação generalizada de direi-

tos humanos” em razão do descumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH) no caso Favela Nova Brasília.

Desde então, a Suprema Corte tem emitido diversas decisões liminares para regular a atuação das forças de segurança no estado.

Entre as determinações já tomadas, destacam-se restrições ao uso de helicópteros durante operações, limitando sua utilização a casos de extrema necessidade; a exigência de justificativas ao Ministério Público para a realização de operações perto de escolas, creches, hospitais ou postos de saúde, sendo que os locais não podem ser utilizados como base para as operações; a obrigatoriedade de instalação de câmeras nas fardas dos policiais e equipamentos de geolocalização (GPS) nas viaturas, além de gravação em áudio e vídeo, mesmo para equipes especializadas, entre outras.

Câmara deve criar comissão para discutir reforma eleitoral

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados deve criar, ainda neste ano, uma comissão especial para discutir uma nova reforma eleitoral, tema frequente de discussões de deputados e senadores.

A proposta foi debatida em reuniões dos líderes partidários com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), nesta semana.

A criação de comissões dessa natureza é recorrente no Congresso, uma vez que os próprios parlamentares têm interesses variados na modificação das regras pelas quais são eleitos. Essa ideia voltou a surgir, agora, como um dos primeiros atos dos líderes que formam a nova cúpula da Câmara.

Inicialmente, a proposta é discutir a mudança do sistema eleitoral, que determina o modelo de votação para o Legislativo.

Ainda não há clareza sobre outros temas que podem ser debatidos pela comissão, mas políticos de diferentes partidos já manifestaram interesse em discutir no Congresso o retorno do financiamento eleitoral por empresas e mudanças na Lei da Ficha Limpa – tema que, a depender do resultado, poderia reduzir o período de inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Voto distrital

A proposta de criar a comissão foi apresentada pelo líder do PSD, Antonio Brito (BA),



Comissão surgiu após proposta de Antonio Brito

que defendeu a votação de um projeto de lei que altera o sistema eleitoral para o modelo distrital misto, apresentado pelo ex-senador José Serra (PSDB) em 2017.

O sistema distrital misto se aplicaria à eleição de deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

Nesse modelo, os eleitores escolheriam metade das cadeiras pelo sistema atual, o proporcional. A outra metade seria escolhida no modelo distrital, em que a cidade e o estado ficam divididos em distritos, e apenas o candidato mais votado de cada um desses locais é eleito.

O mesmo grupo político que hoje dá as cartas no Congresso já tentou outras vezes mudar o sistema eleitoral – sem êxito.

Diante do pedido de Brito, optou-se por debater o tema numa comissão. Na avaliação do líder do PSD, esse espaço garantirá um “amplo debate sobre a proposta”.

De acordo com líderes partidários, ainda não há prazo para que esse colegiado seja criado.

Eles dizem, no entanto, que é preciso aproveitar a janela de 2025 para avançar com essa discussão.

Pela Constituição, alterações no processo eleitoral só se aplicam à disputa caso tenham sido aprovadas e sancionadas (ou promulgadas) com pelo menos um ano de antecedência.

Resistências

O projeto em questão, no entanto, enfrenta resistências na Casa. Em reunião nesta quarta-feira (5), foram contrários à proposta os líderes do PT, Lindbergh Farias (RJ), e do PSOL, Talíria Petrone (RJ), segundo relatos de participantes.

O líder do PP, Doutor Luizinho (RJ), um dos principais aliados de Motta, diz que outras matérias sobre o sistema eleitoral poderão ser discutidas no âmbito desse colegiado.

Parlamentarismo

Não há clareza sobre quais temas poderão ser incluídos no bojo das discussões, embora tenham sido descartadas discussões sobre a implementação do parlamentarismo, tradicionalmente defendida pelo Centrão.

“O PT, por exemplo, defende voto proporcional em lista. O Lindbergh colocou isso. Vamos discutir as matérias. Regime de governo não está colocado ali, estamos falando. Parlamentarismo, presidencialismo é regime de governo. A comissão não é para isso”, afirmou.

Victoria Azevedo (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Interior da Igreja de São Francisco, em Salvador.

Empresa foi contratada para estudar restauração

Em dezembro de 2023, o governo federal assinou contrato com a empresa de engenharia Solé Associados para a produção de projetos executivos que orientariam a restauração na igreja de São Francisco, em Salvador (BA). Ontem, parte do revestimento do teto da igreja desabou.

O Portal da Transparência revela que ainda em 2023, o governo empenhou — reservou — a ver-

ba necessária para os trabalhos, de R\$ 1,218 milhão. Há também registros de pagamentos, em 2024, de pelos menos duas parcelas de R\$ 37.748,87 e de valores correspondentes à quitação de impostos.

Dez meses depois da assinatura do contrato, o Iphan anunciou a assinatura de uma ordem de serviço para a liberação do valor total da verba necessária para os trabalhos.

Sem referência

Material publicado em 4 outubro de 2024 na página do Iphan não faz referência ao contrato com a Solé. Diz que o recurso ainda seria aplicado. O Correio Bastidores entrou em contato com a Solé no início da noite desta quarta e não teve retorno até as 19h.

Licitação

A Solé — ACunha Sole-Engenharia, que fica em Porto Alegre (RS) — venceu a licitação aberta em outubro de 2023 pela Superintendência do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Bahia. Foi a única das quatro empresas classificadas a apresentar proposta.



Restos do teto da igreja ficaram acumulados no chão

Proposta detalhou trabalhos que seriam feitos

O edital da licitação fala em “contratação de serviços técnicos especializados de arquitetura, engenharia, restauração, estabilização e reforço estrutural para elaboração de projetos executivos que orientarão a posterior execução das obras de Restauração na Igreja e Convento de São Francisco”.

Na descrição dos serviços, a Solé cita mapeamento dos danos com “identificação de patologias” com uso de fotos e gráficos. Compromete-se também em fazer levantamento do scanner e fotogrametria do conjunto arquitetônico, com detalhamento de sua estrutura. O estudo serviria para subsidiar os projetos de recuperação.

Elogio

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) elogia a lista de projetos prioritários entregue pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Repúb-PB). Frisa que o governo não fala em cortes, mas em medidas como taxa de super-ricos.

Regulações

Ela destaca também o fim dos superalários no serviço público (que mexe com o Judiciário e Ministério Público) e a proposta de regulamentação econômica das big techs, como Facebook e Instagram, mas ressalta que é preciso haver uma “regulação ética”.

Antecipação

Ela vê com bons olhos as primeiras medidas tomadas por Motta, entre elas, a de fazer às quintas a reunião de líderes que definirá a pauta da semana seguinte. Lembra que o antecessor dele, Arthur Lira (PP-AL), fazia o encontro às terças, pouco antes do início das sessões.

Crítica

Já o senador Carlos Portinho (RJ), líder do PL, disse que sequer havia lido a lista de prioridades preparada por Haddad. Mas, mesmo assim, ironizou a iniciativa: “Deve ter imposto, taxa, tributo e arrecadação”, comentou. Ele queria os cortes odiados por Jandira.